

Centrão define suas propostas

BRASÍLIA — Os principais líderes do Centrão divulgaram ontem, a partir da análise do projeto da Comissão de Sistematização, as suas propostas para os temas mais polêmicos da Constituinte. O grupo quer acabar com a discriminação ao capital estrangeiro, reduzir a intervenção do Estado na Economia e suprimir muitos dos direitos sociais aprovados na Sistematização, como a estabilidade, remuneração em dobro para horas extras e licença de 120 dias para a gestantes. A reunião foi realizada na residência do Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) em Brasília.

Para o Centrão, a estabilidade, ressaltados alguns casos já previstos no texto da Sistematização, está totalmente divorciada da realidade econômico-social do País. O grupo entende que o princípio da indenização para a rescisão contratual, regulado em lei, é medida que dificulta a demissão e torna flexível a relação de trabalho e não prejudica os trabalhadores, que poderiam ser atingidos pelos problemas que a estabilidade causaria às empresas.

O Centrão não admite a fixação da remuneração das horas extras no texto constitucional, enquanto a Sistematização fixou-a em 100%. Também são contestadas medidas como o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, a imprescritibilidade nas ações trabalhistas e a fixação do prazo para licença de gravidez.

No Capítulo de Direitos Individuais e Coletivos, o grupo quer suprimir o parágrafo 39 do artigo sexto, onde está estabelecido que "a propriedade rural de até 25 hectares, desde que trabalhada por uma família, não pode ser objeto de penhora". Para o Centrão, os pequenos proprietários serão prejudicados por este dispositivo, já que não poderão dar a sua propriedade como garantia para financiamento.



Daso (sentado) conversa com Fiúza (à direita) e Luis Eduardo Magalhães

Outra crítica é em relação à intervenção do Estado na exploração mineral. O grupo entende que o texto da Sistematização estatiza os recursos minerais e o subsolo do País, mas defende que estes são bens sobre os quais a União apenas exerce jurisdição, sem ter deles o domínio. Outra atribuição da União contestada pelo Centrão é a competência para instituir impostos sobre "grandes fortunas".

O texto sobre empresa nacional é taxado de "afastado da realidade moderna, por consagrar dois conceitos diversos para categorias jurídicas iguais: 'empresa nacional' e 'empresa brasileira de capital estrangeiro'". O grupo acha que não deve haver discriminação em consequência da nacionalidade do capital.

Numa análise do Capítulo sobre a exploração do subsolo, o Centrão concluiu que o texto é baseado num "nacionalismo negativo", porque proíbe o aproveitamento dos poten-

ciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais por empresas brasileiras de capital estrangeiro. Finalmente, o grupo quer acabar com a nacionalização da distribuição do petróleo e manter os contratos de risco como estão.

Na reunião de ontem, os líderes do Centrão também traçaram os planos de mobilização para a votação em Plenário, a partir do dia 4 de janeiro. O Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) ficará em Brasília com a tarefa de colocar 280 constituintes do Centrão em Brasília já para a votação do Regimento Interno. Até o dia 27, continuará a coleta de sugestões para a elaboração de emendas do grupo, que não passarão de 30.

Uma comissão, composta por Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Eraldo Tinoco (PFL-BA), está encarregada de conversar com o "Grupo dos 32" e com o "Grupo do Entendimento", para identificar os pontos consensuais com o Centrão.

Centrista sergipano adverte esquerdistas

ARACAJU — O Deputado federal Manoel Messias Góis (PFL-SE), integrante do Centrão, advertiu ontem que a esquerda terá a reação da direita "se tentar perturbar" os trabalhos finais de elaboração da nova Constituição: "Não é segredo que a direita está organizada. A grande novidade é que ela está se preparando para uma reação forte, caso o grupo de políticos da esquerda tente perturbar os trabalhos". Ele não explicou como a direita vem se preparando, mas aconselhou a esquerda a aceitar o entendimento, "antes que seja tarde". Acusou os partidos de esquerda, como o PT e o PDT, de tentar levar o País a uma convulsão social e conclamou "os bons brasileiros a lutar arduamente para impedir essa desgraça".

— A velha tática do quanto pior, melhor, está de volta. É orquestrada pelos políticos esquerdistas. Basta conversar com qualquer um deles — afirmou o Deputado. Ele insistiu na necessidade de um entendimento entre as duas forças na Constituinte, argumentando ser esse "o caminho que interessa ao País e ao processo de consolidação da democracia".

Em Teresina, o Deputado federal Felipe Mendes (PDS-PI) explicou que está apoiando as teses do Centrão por discordar de algumas propostas aprovadas pela Comissão de Sistematização, como é o caso da estabilidade no emprego.

— A estabilidade só irá prejudicar o trabalhador brasileiro, ocasionando desemprego em massa, como ocorreu em Portugal, onde, inclusive, estão querendo excluí-la da Constituição — disse Mendes, que condenou também o pagamento de hora extra em dobro.

Paulistano votaria em Bicudo para a Prefeitura

SÃO PAULO — Se as eleições para a Prefeitura de São Paulo tivessem sido realizadas há cerca de um mês, o jurista e ex-candidato do PT ao Senado, Helio Bicudo, seria o escolhido para ocupar o cargo. E em relação aos partidos políticos, PT e PMDB disputam em igualdade a preferência dos eleitores. Esses resultados constam de sondagem eleitoral realizada na Capital paulista, entre os dias 16 e 20 de novembro, pela Marketing Antenas e Sensores — divisão de pesquisas de mercado da Madia e Associados. A sondagem revelou que tanto o candidato mais votado como os dois partidos preferidos perdem para a descrença da população em relação aos políticos e às legendas. Seus votos foram superados numericamente pelos dos eleitores que não votariam em qualquer candidato e não têm preferência partidária.

A pesquisa submeteu a cinco mil eleitores uma relação de 17 políticos de diversos partidos, apontados em setembro como os preferidos da população pelo jornal "O Estado de S. Paulo". Bicudo recebeu 491 votos (9,8 por cento), enquanto Pazzianotto ficou com 471 votos (9,4 por cento). Em seguida, a preferência recaiu em Montoro, com 363 votos (7,3 por cento), e Afif Domingos, com 266 votos (5,3 por cento). No entanto, a proporção de votos em branco chegou a 27,8 por cento (1.392 eleitores), enquanto os indecisos totalizaram 17,9 por cento (892 votos).